

A POLÍTICA EXTERNA DO GABÃO: DO PETRÓLEO À DIPLOMACIA AMBIENTAL?

Dorland Pohang Angoboul*

Resumo: O Gabão, país localizado na costa ocidental da África central, tem se destacado ultimamente por ser o primeiro país africano a receber pagamentos pelos serviços ecossistêmicos de suas florestas, denotando seus esforços na conservação da natureza e na proteção da biodiversidade. Esses esforços são resultados de uma combinação de políticas governamentais e iniciativas internacionais voltadas para a sustentabilidade ambiental. Um marco importante nessa trajetória foi a saída do país da OPEP em 1995, que indicou uma reorientação na política externa do Gabão, buscando maior autonomia na gestão de seus recursos petrolíferos e uma abordagem mais flexível em relação às políticas da organização internacional. Essa mudança pavimentou o caminho para uma transição gradual da dependência do petróleo para a valorização dos serviços ecossistêmicos das florestas. Utilizando a literatura seminal da análise de política externa, o presente artigo busca evidenciar como se chegou a tal momento da política externa do país e em que medida os imperativos de sustentabilidade passaram a permear o discurso do país na arena internacional. Elaborado através de uma pesquisa bibliográfica e documental, esta investigação estabelece uma breve história da política externa gabonesa de sua independência em 1960 até os dias atuais, analisando as mudanças que levaram o país a se posicionar como um líder africano em sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Gabão. Política Externa do Gabão. Geopolítica do Petróleo. Diplomacia Ambiental.

Abstract: Gabon, a country located on the western coast of central Africa, has recently stood out as the first African country to receive payments for the ecosystem services of its forests, demonstrating its efforts in nature conservation and biodiversity protection. These efforts are the result of a combination of government policies and international initiatives aimed at environmental sustainability. An important milestone in this trajectory was the country's exit from OPEC in 1995, which indicated a reorientation in Gabon's foreign policy, seeking greater autonomy in managing its oil resources and a more flexible approach to the policies of the international organization. This change paved the way for a gradual transition from oil dependence to valuing the ecosystem services of forests. Using the seminal literature of foreign policy analysis, this article seeks to show how this moment in the country's foreign policy was reached and to what extent sustainability imperatives have come to permeate the country's discourse in the international arena. Developed through bibliographic and documentary research, this investigation establishes a brief history of Gabonese foreign policy from its independence in 1960 to the present day, analyzing the changes that led the country to position itself as an African leader in environmental sustainability.

Keywords: Gabon. Gabonese Foreign Policy. Geopolitics of Oil. Environmental Diplomacy.

* Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de Bolsas Institucionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PROBIU). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1483-974X>

Introdução

Localizado no litoral ocidental da África central, o Gabão é um país conhecido por sua rica biodiversidade e vastas extensões de floresta tropical. O país tem fronteira com o Oceano Atlântico a oeste, com a Guiné Equatorial a noroeste, com Camarões ao norte e com o Congo-Brazzaville a leste e ao sul. Localizado na floresta da Bacia do Congo, o Gabão corresponde ao país mais florestado da região com seu território coberto a 85% por florestas densas (Ngou, 2012). Essa extensão da floresta tem se posicionado como um recurso de importância estratégica nas políticas de inserção regional e internacional do país.

Em 2019, o Gabão estabeleceu um marco em sua política externa ao se tornar a primeira nação africana a receber pagamentos baseados em serviços ecossistêmicos florestais, com a Noruega comprometendo-se a recompensar o país por seus esforços na conservação de florestas que capturam toneladas de gases de efeito estufa (Cafi, 2021; Pnud, 2021; Tan, 2021). O acordo assinado entre ambos os países sugeriu que a Noruega pagaria até US\$150 milhões ao Gabão para sequestrar o carbono na atmosfera – e conseqüentemente reduziria ainda mais o desmatamento do Gabão – durante um período de 10 anos (Cafi, 2019). O evento deu visibilidade internacional a essa pequena nação de 267.667km², com a assinatura do primeiro acordo dessa natureza no continente africano.

Embora o Gabão seja reconhecido hoje por seus esforços de conservação ambiental, suas prioridades históricas eram distintas. A segurança e a paz na região subsaariana dominavam a agenda política do país por muitos anos. Através da figura do presidente Omar Bongo Ondimba, o país ficou conhecido como um pilar fundamental da estabilidade regional. As Forças Armadas Gabonesas desempenharam um papel de destaque regional na mediação dos conflitos no Chade, no Congo, em Angola, na República Democrática do Congo e na República Centro Africana. O engajamento ativo do Gabão demonstra o compromisso do país em promover a paz e a segurança não apenas em sua fronteira, mas em toda a região.

Utilizando-se de uma metodologia qualitativa, o artigo foi desenvolvido a partir de (i) uma pesquisa documental em fontes primárias, tais como, relatórios e documentos oficiais da República Gabonesa, e bibliográfica em fontes secundárias, como artigos científicos, livros, dissertações e teses de doutorado que abordam a temática da geopolítica do petróleo e da diplomacia ambiental em países do Sul Global, incluído o Gabão.

O estudo apresenta uma análise abrangente da política externa gabonesa, estruturada em quatro seções principais, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente, o artigo explora a conceituação de mudança na literatura sobre análise de política externa. Em seguida, traça um mapa das principais fases da política externa do país, abrangendo o período desde a independência até a atualidade. A terceira seção investiga os impactos das crises do petróleo e as respectivas respostas da política estatal. Por fim, a quarta seção examina a crescente importância da proteção ambiental na política externa gabonesa, destacando seus resultados e desafios.

Mudanças em política externa

Uma abordagem frequente na análise de transformações na política externa consiste em examiná-las como um espectro de intensidade. Esse espectro abrange desde mudanças mínimas ou imperceptíveis, até alterações profundas na orientação diplomática de um país. Essa perspectiva gradual permite uma compreensão mais nuançada das variações na conduta internacional dos Estados, reconhecendo que as mudanças podem ocorrer em diferentes níveis e magnitudes, desde ajustes sutis até reorientações completas da estratégia diplomática.

No campo da política externa, as transformações e reorientações das estratégias diplomáticas emergiram como tema central, sendo exploradas de maneira abrangente por Hermann (1990). Hermann (1990) propõe quatro níveis de mudança: ajustes, que envolvem alterações no nível de esforço ou escopo; mudanças de programa, que modificam os métodos ou meios; mudanças de problema/objetivo, que substituem os propósitos da política; e mudanças de orientação internacional, que representam uma reorientação geral do papel do país no sistema internacional.

A compreensão dessas mudanças está intrinsecamente ligada à análise das unidades decisórias. Neste sentido, Hermann (2001) oferece uma estrutura analítica na qual identifica três principais tipos de unidades decisórias: o líder predominante, o grupo único e a coalizão de atores autônomos. Essa abordagem permite uma análise mais nuançada dos processos de tomada de decisão em política externa, reconhecendo a diversidade de atores e dinâmicas envolvidas.

Além disso, a abordagem seminal dos jogos de dois níveis de Putnam (1988) destacam as pressões e constrangimentos domésticos, bem como os interesses consolidados de grupos internos, frequentemente atuam como forças inerciais que limitam o escopo das mudanças possíveis, mesmo quando há impulsos para alterações mais substantivas vindos da estrutura internacional. Dessa forma, mudanças na política externa tendem a ocorrer de maneira gradual e incremental na maioria dos casos, preservando certos elementos de continuidade mesmo em momentos de inflexão. A necessidade de ratificação doméstica e de construção de coalizões de apoio interno, destacada por Putnam (1998), busca entender por que as alterações radicais são mais raras e o motivo pelo qual, de forma geral, observa-se uma combinação de mudança e continuidade.

No caso específico do Gabão, as pressões econômicas internas, especialmente relacionadas à dependência do petróleo, e as mudanças no cenário internacional, como o fim da Guerra Fria e a crescente preocupação com questões ambientais, levaram a ajustes graduais na política externa do país. Essa evolução da política externa gabonesa ilustra a interação entre fatores domésticos e internacionais descrita por Putnam (1988).

Evolução da política externa gabonesa

A política externa do Gabão está intrinsecamente fundamentada na vantagem estratégica de seus recursos naturais, que conferem ao país a capacidade de estabelecer uma presença global no cenário geopolítico bipolar da década de 1960, época em que conquistou sua independência (Mfoula-Nghanguy, 2005). Por muitos anos, a política externa do Gabão foi associada à figura de Omar Bongo Ondimba, segundo presidente que liderou o país de 1967 até sua morte em 2009. Ex-colônia francesa, o Gabão obteve sua independência em 17 de agosto de 1960, sendo Léon Mba o primeiro presidente até sua morte, em 1967.

Entender a política externa como “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos escolhidos pelos responsáveis governamentais por formulação política para responder ao ambiente externo actual e futuro” (Rosati, p. 225, 1994) é pertinente no caso do Gabão, já que sempre foi conduzida pelo chefe de Estado (o presidente).

Assim, Ndakissa (2017) destaca que a construção da política externa do Gabão é um

fenômeno relativamente recente no cenário internacional e africano. Apesar dessa brevidade temporal, ele a categoriza em quatro distintas fases, como explanado no quadro 1.

Quadro 1 - Fases da política externa do Gabão

Fase	Período	Principais Características
1	1960-1967	Alinhamento automático com a França, acordos bilaterais durante o período colonial, influência francesa mantida após independência.
2	1967-1990	Início com Omar Bongo Ondimba. Diplomacia multilateral, foco em paz, segurança e solidariedade. Adesão à OPEP em 1975. "Anos dourados" com a prosperidade do petróleo.
3	1990-2009	Fim da Guerra Fria, queda nos preços do petróleo, crise econômica, reformas institucionais. Saída da OPEP em 1995. Crescente inserção na globalização, destaque para questões ambientais.
4	2009-atual	Baseada no Plano Estratégico Gabão Emergente sob os pilares Gabão Verde, Gabão Industrial e Gabão dos Serviços. Ênfase em diplomacia ambiental, participação ativa em eventos internacionais. Centralidade do Estado na política externa. Adesão à Commonwealth em busca de novos parceiros econômicos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Mbida (2007); Gambotti (2014); Ndakissa (2017) e Nze-Nguema (2018).

Primeira fase da política externa do Gabão

Em seus primórdios, por razões históricas, o Gabão se alinha automaticamente à França no que concerne à sua política externa. Sem contar com os acordos bilaterais assinados durante o período colonial (1886 - 1960), vários outros acordos foram assinados pelo então presidente Léon Mba.

Ele [Léon Mba] assina com a França importantes acordos de cooperação e defesa que permitem à França manter certa influência sobre o país, apesar de sua soberania. Desde então, as relações do Gabão com a França mantiveram uma certa continuidade ao longo do tempo, especialmente porque sua classe dirigente sempre esteve alinhada com os interesses da França, que

atualmente se posiciona como seu parceiro privilegiado e de primeira ordem (Mbida, 2007, p.61, tradução nossa)¹

Os acordos desta época ainda seguiam refletindo a natureza dos acordos do período anterior à Segunda Guerra Mundial, período durante o qual a África era enxergada como uma fonte aparentemente inesgotável de matérias-primas, conforme descrito por J. Ki-Zerbo (p. 429-450, 1978, apud Nze-Nguema, 2018). O Gabão faz então parte desses países com importância estratégica para os dirigentes europeus, pois está inserido na vasta região da Bacia do Congo, em sua parte litorânea. Assim, a concepção do continente africano evoluiu.

Na Segunda Guerra Mundial, a África revela sua importância militar, pois passa a ser vista como “um reservatório de homens” que serviriam para lutar nas tropas dos seus países colonizadores (Nze-Nguema, 2018). O continente se tornou um refúgio para os europeus que se viam perdendo a segunda grande guerra e buscavam uma reconquista.

Depois da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, a visão que se tem da África volta a ser a de provedora de recursos minerais, com importantes reservas de matérias primas como o urânio no Congo, na República Democrática do Congo e no Gabão, que serviriam para o desenvolvimento de pesquisas nucleares das antigas potências coloniais (N’Dimina-Mougala, 2009).

Assim, nota-se que as antigas potências coloniais continuavam exercendo uma influência em suas ex-colônias por meio de acordos que asseguravam a preservação de seus interesses. Esses acordos frequentemente incluíam cláusulas secretas para proteger os líderes africanos. É dentro desse contexto que a França reinstaurou Léon Mba no poder, após sua deposição pelos militares gaboneses em 1964 (Nze-Nguema, 2018).

O ano 1960 é considerado decisivo para os países da África subsaariana: enquanto mais da metade conquistou sua independência nesse ano, vários outros se encontravam travados em lutas sangrentas para conquistá-la. O contexto geopolítico da época das independências tornou relevante o debate sobre a consecução da paz, visto então como

¹ No original: “Il signera toutefois, avec la France d'importants accords de coopération et de défense qui permettent à la France d'avoir toujours une certaine mainmise sur le pays, quoique souverain ; et aux autorités locales d'asseoir leur autorité au sein de la société. Depuis lors, les rapports du Gabon avec la France ont maintenu une certaine continuité dans le temps, d'autant plus que sa classe dirigeante a toujours été acquise à la cause de la France, qui se positionne aujourd'hui comme son partenaire privilégié et de premier ordre.” (Mbida, 2007, p.61)

determinante do desenvolvimento das economias nacionais e para estabelecer relações harmoniosas com outros Estados. Nesse cenário, a diplomacia e as estratégias de política externa tornaram-se instrumentos-chave na busca por estabilidade e cooperação internacional.

No entanto, o Gabão, nação que tem desfrutado de certa estabilidade desde sua independência, manifestou um crescente interesse por questões internacionais além do continente, buscando assim abordar os desafios contemporâneos de maneira mais abrangente.

Assim, a política externa do Gabão ganhou novas cores e os esforços diplomáticos se concentraram no desenvolvimento para enfrentar os desafios da globalização, incluindo a resolução do problema da diversificação das economias nacionais e a construção da diplomacia da paz na África para erradicar conflitos e promover a paz duradoura no continente (Ndakissa, 2017, p. 4, tradução nossa).

O país começa, paulatinamente, a fazer parte de organizações internacionais tais quais a ONU em 1960, a Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963 e se torna membro fundador da União Africana e Malgaxe (UAM) em 1960 construindo assim sua agenda internacional. Apesar desse início fulgurante na cena regional africana, 1967 é o ano em que a política externa gabonesa ganhou contornos definitivos quando o país manifestou sua vontade de conter as revoluções nacionalistas e os sentimentos supranacionais (pan-árabes e pan-africanos).

Segunda fase da política externa do Gabão

A chegada de Omar Bongo Ondimba à presidência em 1967 marcou o início da segunda fase da política externa gabonesa, estendendo-se até 1990. Omar Bongo Ondimba, o segundo presidente desta nação e detentor do recorde de permanência no poder (42 anos), introduziu novos contornos na política externa, caracterizada, desta vez, por uma abordagem de diplomacia multilateral, sem, no entanto, perder o alinhamento automático com a França. Essa fase concentrou-se nos princípios que continuam a definir a imagem internacional do Gabão até os dias atuais, destacando-se pela promoção da paz, segurança e solidariedade regional e internacional.

Durante a Guerra Fria e a intensificação da corrida armamentista, evidenciou-se a necessidade dos Estados em reforçarem suas medidas de segurança, visando assegurar não apenas a sua própria sobrevivência, mas também a de seus aliados. Desta maneira, houve uma preponderância e centralidade da temática de segurança na estrutura do sistema internacional, que influenciou as formulações de política externa dos países, levando a o que Putnam (1988) explicaria como “causas internacionais e efeitos domésticos”.

Nesse contexto, grande parte da política externa dos Estados/Nações pautava-se no fortalecimento de mecanismos para a garantia de sua sobrevivência e de seu apoderamento bélico diante dos demais Estados soberanos, atores responsáveis pela configuração e pela natureza do sistema internacional (Figueira, 2017, p.7).

Conforme consta no site eletrônico do *Ministère des Affaires Étrangères* (Ministério das Relações Exteriores):

Essa diplomacia para a paz começou de fato em 1975-76, com o papel desempenhado pelo Gabão entre os movimentos nacionalistas que se dividiram na época da independência de Angola. Em seguida, o Gabão tornou-se muito ativo no conflito entre o Chade e a Líbia (1982-1989), no Congo- Brazzaville, oficialmente desde a primeira guerra em 1993-1994. Esse papel continuou quando as hostilidades foram retomadas em 1997 e novamente em 1999. A partir de 1996, interveio na República Centro-Africana, em 1997 no antigo Zaire, em 1999 na Costa do Marfim, em 2002 em Burundi e na crise de Madagascar (Gabon, 2011a, tradução nossa, n,p)².

Apesar das importantes reservas de petróleo descobertas nas proximidades da capital Libreville em 1931, a adesão do Gabão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) só ocorreu em 1975 (OPEC, 2022), marcando o início de seus “anos dourados”. Durante a década de 1970, o Gabão testemunhou conquistas relevantes, ao sediar a importante conferência da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1977. A décima quarta cúpula da OUA tinha como objetivo solucionar conflitos independentistas e guerras civis no continente, e ao se oferecer como anfitrião deste evento, o Gabão fortalecia sua posição na promoção da

² No **original**: Cette diplomatie pour la paix commence vraiment, en 1975-76 avec le rôle joué par le Gabon entre les mouvements nationalistes se déchirant lors de l'indépendance de l'Angola. Le Gabon sera ensuite très actif dans le conflit entre le Tchad et la Libye (1982-1989), au Congo-Brazzaville, officiellement depuis la première guerre de 1993-1994. Ce rôle se poursuivra lors de la reprise des hostilités, en 1997, puis en 1999. A partir de 1996, il intervient sur la République Centrafricaine, en 1997, sur l'ex-Zaïre, en 1999, sur la Côte d'Ivoire, en 2002, sur le Burundi et sur la crise malgache (Gabon, 2011^a, n.p).

“diplomacia da paz”.

Essa era de prosperidade resultou da intensificação na exploração e exportação do petróleo, impulsionada pelo aumento de seu preço, consolidando-se como a principal riqueza do país. Nessa fase, observa-se que a formulação da política externa se baseou no preceito de independência que promove a igualdade entre os países do Norte e os recém-independentes do Sul global. Porém, além de estabilidade e segurança, essas fases não trouxeram ganhos substanciais e econômicos ao país (Ndakissa, 2017). O que motivou os subsequentes governos a orientarem a próxima fase da política externa do país na consecução do desenvolvimento econômico do país.

Terceira fase da política externa do Gabão

A queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria marcaram a terceira fase da política externa do Gabão. Internamente, o fim da Guerra Fria levou à queda nos preços do petróleo e mergulhou o Gabão em uma séria crise econômica, levando a reivindicações sociais e políticas por parte da população. A partir desses eventos surgiram ondas de democratização que afetaram o país e inúmeras reformas institucionais tais quais a implantação do multipartidarismo, criação do senado nacional ou ainda descentralização das finanças. Em meio a essas inúmeras reformas, o país saiu da OPEP em 1995.

No período de 1990 a 2009, observou-se uma inserção em grande escala das forças da nova globalização e do novo sistema capitalista mundial (Ndakissa, 2017). Isso não foi necessariamente positivo para os países africanos já que resultou em um controle ainda maior das economias desses países, pelas suas ex-potências colonizadoras.

Essa forma de dominação é designada de neocolonialismo, em que as antigas colônias têm uma relação de dependência estrutural e econômica com as antigas metrópoles, que exercem uma forte influência nas instituições e no processo decisório (Preiswerk, 2016). De acordo com Nze-Nguema (2018), a maior manifestação desse neoliberalismo reside nos recebimentos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) principalmente por parte da França. A partir desse momento, os dirigentes enxergam na globalização uma maneira de se inserir ainda mais na cooperação internacional, fazendo uso da sua biodiversidade e ambiente

natural como “arma de persuasão” para a contenção dos problemas ecológicos.

Assim, a promulgação de um código ambiental em 1993 e de um código florestal em 2001 que levaram à criação dos parques nacionais em 2002 foi um grande avanço. Porém, a má governança do ministério e a grande rotatividade dos cargos constituiu um entrave para o bom andamento do que hoje se chama o *Ministère des Eaux et Forêts, de la Mer, de l'Environnement, Chargé du Plan Climat et du Plan d'Affectation des Terres*³. De fato, as mudanças constantes dos ministros e da denominação do ministério levaram a uma mudança da estrutura organizacional ao longo dos anos, modificando o propósito e os princípios desse departamento ministerial (Gabon, 2011b), assim como a atuação internacional do Gabão referente à salvaguarda das florestas, do clima e do meio ambiente.

Quadro 2 - Os Parques Nacionais Gaboneses

PARQUES NACIONAIS	SUPERFÍCIE EM KM ²	TIPO DE PAISAGEM
Parque Nacional de Loango	1550	Costa arenosa
Parque Nacional de la Lopé	4970	Floresta e Savana
Parque Nacional d'Ivindo	3000	Floresta Equatorial
Parque Nacional d'Akanda	540	Manguezais
Parque Nacional de Birougou	690	Montanhas
Parque Nacional de Mayumba	80	Costa arenosa
Parque Nacional de Minkébé	7560	Floresta Equatorial
Parque Nacional de Monts de Cristal	1200	Montanhas
Parque Nacional de Moukalaba-Dougou	4500	Floresta Equatorial
Parque Nacional de Mwagna	1160	Floresta Equatorial
Parque Nacional de Plateau Batéké	2050	Floresta Equatorial
Parque Nacional de Pongara	870	Manguezais e Costa arenosa
Parque Nacional de Wara	1070	Montanhas

Fonte: Adaptado de Nze-Nguema (2018, p. 71).

³ É conhecido na sua forma curta como *Ministère des Eaux et Forêts*.

Quarta fase da política externa do Gabão

O Plano Estratégico Gabão Emergente é o documento que define os novos contornos político-econômico e sociais do país, encerrando a terceira fase e iniciando a quarta fase da política externa gabonesa (de 2009 até os dias atuais). Essa nova fase é liderada pelo presidente Ali Bongo Ondimba, eleito em 3 de setembro de 2009.

Nessa perspectiva, o projeto de sociedade intitulado “o futuro com confiança⁴” se fundamenta em três grandes pilares. Primeiramente, o pilar “Gabão Verde”, cujos três objetivos são a (i) gestão sustentável da floresta e o posicionamento do Gabão como líder mundial da madeira tropical, (ii) a valorização do potencial agrícola seguido da garantia da segurança alimentar, e (iii) a promoção de uma pesca sustentável.

Em seguida, o pilar “Gabão Industrial” se baseia numa maior valorização dos recursos de mineração, alicerçados nos três seguintes objetivos: (i) relançar a produção de petróleo para otimizar as receitas dos hidrocarbonetos, (ii) desenvolver o potencial de mineração e construir uma metalurgia ecologicamente limpa e (iii) promover o desenvolvimento de setores industriais de apoio (obras públicas, materiais de construção, manutenção industrial, etc.).

Quanto ao terceiro pilar, intitulado “Gabão dos Serviços”, ele repousa (i) na construção de uma economia numérica dinâmica e inovante, (ii) na colocação do Gabão como referência no tange ao turismo sustentável e (iii) em tornar o Gabão um centro regional de serviços de valor agregado (FAO, 2012). Este documento corrobora uma gradual mudança em pautas antes defendidas internacionalmente pelo país, como afirma Gambotti (2014):

A diplomacia tradicional, centrada no poderio militar, está sendo progressivamente substituída por uma diplomacia econômica e cultural, que se torna o vetor de um novo poder voltado para o desenvolvimento econômico e social sustentável e solidário, garantindo uma paz duradoura (Gambotti, 2014, p.169, tradução nossa).

Apesar de ser um setor que se enquadraria em todos os pilares por ser chave, o meio ambiente, a biodiversidade e seus mecanismos de proteção entram no pilar “Gabão Verde”, cujos instrumentos de preservação se dividem entre nacionais, regionais e internacionais.

⁴ Tradução livre de “*l’avenir en confiance*”.

Nessa fase, a diplomacia ambiental⁵ ganhou considerável destaque na agenda internacional do país, refletida pelo envolvimento ativo e organização de várias cúpulas, tais como a *African Climate Week* em 2022 e a *One Forest Summit* em 2023. Esses eventos representam fóruns nos quais o país pode contribuir, colaborar e buscar soluções para desafios ambientais globais, para consolidar sua posição como um ator de destaque internacional de destaque em questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade.

Apesar da incorporação de novas temáticas, a política externa do Gabão ainda se concentra na resolução de crises e na promoção da paz. Segundo Mfoula-Nghanguy (2005), isso explica a predominância e centralidade dos atores estatais na cena internacional gabonesa, sem espaço para outros atores. Desta maneira, ele destaca que:

[...] há progressos a serem feitos, especialmente para conferir maior efetividade aos diferentes eixos de cooperação e para considerar de maneira mais abrangente os intervenientes conhecidos como “sociedade civil”; enquanto atores significativos, organizações não governamentais de desenvolvimento e de socorro, por exemplo, podem ser valiosos colaboradores da diplomacia estatal em situações de desastres naturais ou crises internacionais, especialmente para um país que tem na paz e na resolução de crises seus elementos identificadores. Contudo, tudo isso se beneficiaria de uma abordagem guiada por uma axiologia de objetivos, que é uma garantia de cooperação seletiva e eficiente, uma característica distintiva da diplomacia contemporânea (Mfoula-Nghanguy, 2005, p.10, tradução nossa).

O autor ressalta a importância de incluir outros atores na diplomacia estatal, especialmente em situações de desastres naturais ou crises internacionais. Ele ainda sugere uma abordagem guiada por uma axiologia de objetivos para garantir uma cooperação seletiva e eficiente, destacando-a como uma característica distintiva da diplomacia contemporânea, desafiando a perspectiva tradicionalista de análise, que considera o Estado como monolítico (Figueira, 2017).

Utilizando o framework de Hermann (2001) sobre unidades de decisão, entende-se o sistema de política externa do Gabão como centrado em um “líder predominante”. Nesse

⁵ Terminologia usada para descrever a política externa com enfoque ambiental. A diplomacia ambiental atua como um meio da política externa, ao englobar a colaboração entre Estados para reduzir os impactos prejudiciais da atividade humana sobre o meio ambiente e fomentar a utilização sensata dos recursos naturais (Nadir; Siqueira Tybusch; Araújo, 2020).

modelo, um único indivíduo tem a capacidade de tomar decisões de política externa sozinho, se necessário. No caso do Gabão, isso se reflete na figura do chefe do Executivo Omar Bongo Ondimba, e em seguida Ali Bongo Ondimba. Nessa perspectiva, Figueira (2017, p. 11-12) afirma que os “processos de formulação e decisão na área de política externa são relativamente desconsiderados tratando o interesse nacional como um consenso captado pelo governista que irá representá-los no cenário internacional”. Isso resulta em uma política externa menos adaptável e menos representativa dos diversos interesses nacionais, comprometendo a legitimidade e o apoio doméstico às iniciativas de política externa.

Crises do petróleo e emergência de uma política externa para o meio ambiente

A riqueza do Gabão está diretamente associada à abundância de seus recursos naturais, especialmente petróleo, florestas e terras aráveis. A leitura de pequena potência feita por Carvalho (1986) e Calleya (2016) corrobora essa característica, ao apontarem a alta especialização das pequenas potências em um número limitado de produtos para exportação. Desta maneira, a abundância de petróleo no Gabão leva a economia do país a ser altamente dependente das exportações do petróleo. Isso coloca a nação gabonesa como a oitava produtora de petróleo da África, com uma produção de 206 mil barris por dia (OPEC, 2024). As reservas de petróleo são estimadas a 3,68 bilhões de barris (Arise, 2024), sendo uma grande parte ainda não explorada.

As primeiras reservas de petróleo foram descobertas em 1931, apenas uma dezena dessas reservas foram devidamente identificadas e exploradas. Tais estudos encontraram também outros minérios como ouro, ferro, urânio, manganês e nióbio (figura 1).

Figura 1 - Mapa atualizado dos minérios importantes para o Gabão



Fonte: Ndjambou (p. 28, 2013).

Diante da crescente importância desse recurso energético no contexto global, surgiu o que Monié (2015) caracterizou como “as relações internacionais petrolíferas”. Essa designação emergiu da necessidade dos países produtores de estabelecerem uma organização internacional voltada para discutir questões relativas à produção e ao comércio do petróleo. Assim, em 1960, nasceu a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A criação dessa organização internacional sobre o petróleo consolidou a soberania dos países do sul recém-independentes sobre esse minério, e as decisões dessa nova coalizão influenciaram o mercado global de petróleo e as relações internacionais (Silva, 2018).

A criação foi um sucesso, já que a OPEP se consolidou como um fórum onde os países produtores de petróleo poderiam coordenar suas políticas e influenciar os preços do combustível. Ao unir forças, essas nações buscaram equilibrar o poder nas relações internacionais petrolíferas, assegurando uma voz coletiva frente às grandes empresas ocidentais. Essa iniciativa não apenas fortaleceu a posição dos países membros no mercado global de petróleo, mas também redefiniu dinâmicas geopolíticas ao redor desse recurso estratégico.

Diante desse cenário institucional propício, as primeiras explorações de petróleo foram

iniciadas em 1963 e o país optou por ingressar na OPEP em 1975. Os ganhos provenientes do petróleo foram tão significativos, ao ponto de ter impulsionado grandes transformações no país apenas na década de 1970:

Em 1970, foi inaugurada a Universidade Nacional do Gabão. Em 1971, para regular melhor o mercado de fornecimento de madeira tropical, o Estado criou a Société nationale des bois du Gabon (SNBG), na qual detinha uma participação de 51%. Dois anos depois, foram iniciadas obras complexas no *Transgabonais*, uma ferrovia de 650 km que liga Libreville a Franceville para transportar madeira e manganês para a capital. Em 1973, também houve a inauguração da hidrelétrica de Kinguélé, após quatro anos de trabalho árduo em condições difíceis devido às dificuldades de acesso da floresta tropical profunda. No setor hidrelétrico, a usina de Poubara foi comissionada em 1975. Naquele ano, também foi inaugurado o porto de Port-Gentil, que foi transformado em um porto de águas profundas em 1980. Com o objetivo de sediar a Cúpula da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1977, uma série de grandes obras foi lançada em Libreville naquele ano; a companhia aérea nacional Air Gabon também foi criada. A conclusão de todos esses projetos foi possível graças aos dois booms do petróleo de 1973 e 1979, que permitiram que a economia gabonesa migrasse gradualmente para a dependência do ouro negro (Ndjambou, 2013, p.32-33, tradução nossa).

A dependência da economia gabonesa em relação ao petróleo tornou-se evidente em 1986, quando o país firmou um acordo de financiamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para concluir a construção dessas infraestruturas, devido ao esgotamento das reservas de petróleo de Gamba.

A queda dos preços do petróleo resultante da recessão nos países desenvolvidos (os principais importadores de petróleo)⁶, provocou uma redução nas importações pelos países produtores, dando origem à primeira crise do petróleo em 1973 (Monié, 2015). Isso destaca a forte interdependência entre os países produtores e consumidores de petróleo.

O primeiro choque do petróleo, decorrente da Guerra israelo-árabe do Yom Kippur, elevou o preço do barril de petróleo de 2,3 US\$ em outubro de 1973 para 11,6 US\$ em janeiro de 1974. O segundo choque, em 1979, resultante

⁶ Segundo a UN Comtrade, os principais importadores de petróleo do Gabão foram os Estados (até 2013) e a França (até 2009). A China começa a ser principal importador do petróleo gabonês a partir do ano de 2014 (<https://comtradeplus.un.org/>).

da crise iraniana, fez com que o preço do barril saltasse de 13 US\$ em 1978 para mais de 30 US\$ em 1980 (Ndjambou, 2013, p.200, tradução nossa)⁷.

A crise do petróleo teve origem em um contexto de déficit de oferta, marcado pelo início do processo de nacionalizações e por uma série de conflitos entre os produtores árabes da OPEP. Além disso, contribuíram para a crise fatores como especulação financeira excessiva e pesquisas que apontavam o petróleo como um recurso não renovável, cuja produção e consumo eram considerados prejudiciais ao meio ambiente. Esse período turbulento testemunhou aumentos e reduções drásticas nos preços do petróleo, evidenciando a vulnerabilidade da economia global e aumentando a dependência dos países desse recurso.

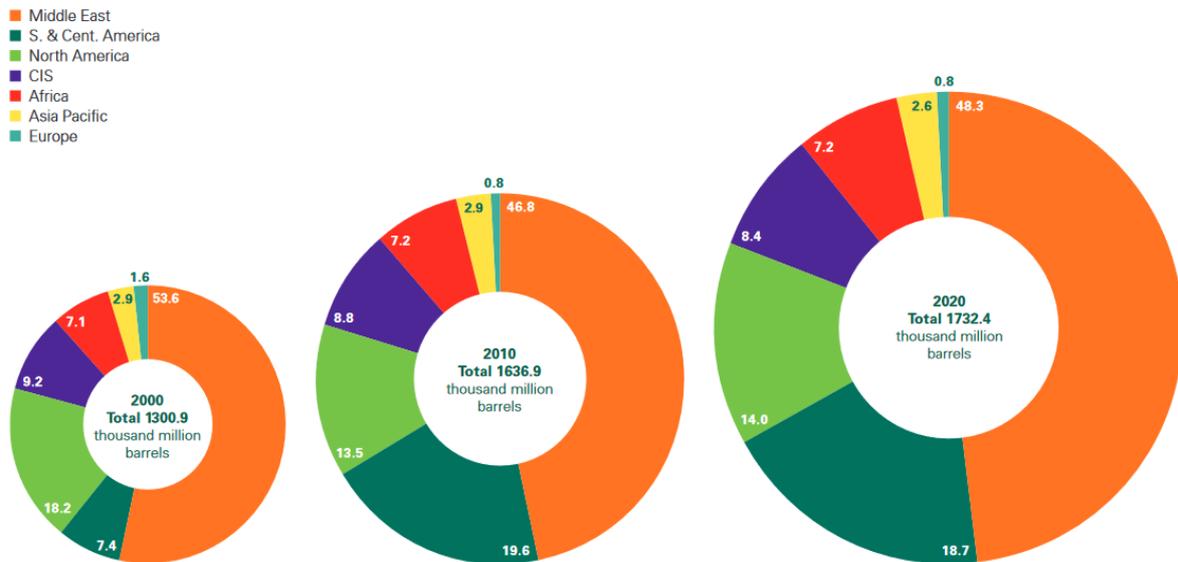
A interdependência na produção e consumo do “ouro negro” decorre da desigualdade em sua distribuição mundial, tanto em termos de reservas quanto de consumo (conforme demonstrado no gráfico 1). Enquanto a região Ásia-Pacífico e a Europa detêm apenas 3,4% das reservas globais de petróleo, elas ocupam as posições de primeiro e terceiro maior consumidor, representando, respectivamente, 38,5% e 15,0% do consumo mundial (BP, 2021).

Dessa forma, os países altamente dependentes do petróleo para suas necessidades energéticas enfrentaram desafios de segurança energética devido às flutuações nos preços resultantes da instabilidade geopolítica nas regiões produtoras. Assim, os países dependentes da renda do petróleo passaram a perceber essa *commodity* como fonte de insegurança econômica, uma vez que suas economias eram significativamente impactadas pelas flutuações de preço.

Nesse contexto, tornou-se necessário desenvolver projetos de diversificação das fontes de energia para os países consumidores e explorar alternativas para diversificar as fontes de receita dos países da OPEP, tornando-os menos vulneráveis a choques externos (Silva, 2018).

⁷ **Original:** Le premier choc pétrolier, qui a été une conséquence de la guerre israélo-arabe du Yom Kippour, a fait passer le prix du baril de brut de 2,3 \$ US en octobre 1973 à 11,6 \$ US en janvier 1974. Le second choc de 1979, qui a été la conséquence de la crise iranienne, a fait bondir le prix du baril de 13 \$ US en 1978 à plus de 30 \$ US en 1980 (Ndjambou, p. 200, 2013).

Gráfico 1- Diagrama de distribuição das reservas de petróleo em 2000, 2010 e 2020



Fonte: The 2021 BP Statistical Review of World Energy.

Com os contra-choques de 1986 (que reduziram o preço do barril até 7 US\$) e de 1997 (que resultaram em uma queda do preço do barril para 10 US\$), para o Gabão não houve outra alternativa senão procurar assegurar sua economia buscando outras fontes de receita estatal. Diante desse cenário, e motivado por considerações políticas, econômicas, sociais e ambientais, as alternativas aos combustíveis fósseis surgem como opções para os países dependentes, enquanto a diversificação das receitas do PIB emerge como uma escolha viável para os países produtores de petróleo.

Nesse contexto, tornou-se imperativo desenvolver projetos voltados para a diversificação das fontes de energia para os países consumidores e a descarbonização das indústrias e países, assim como explorar alternativas para diversificar as fontes de receita dos países da OPEP, os quais se mostraram economicamente vulneráveis a choques externos. A dependência do mercado externo é evidente nas exportações de petróleo, visto que 90,38% da produção de petróleo é destinada à exportação, e segundo o *Banque des Etats de l'Afrique Centrale* (2022) o petróleo representa 55,2% das exportações totais do país (conforme ilustrado no quadro 3).

Quadro 3 – Contribuição do setor extrativista nas exportações do Gabão em 2022.

Setor/Produto	Valor (em bilhões de FCFA)	Peso (%)
1. Setor Extrativista		
1.1 Petróleo	5.752,80	55,20%
1.2 Manganês	4.172,20	39,60%
1.3 Ouro	31,00	0,29%
Subtotal Setor Extrativista	8.956,00	95,09%
2. Outros Setores	465,60	4,91%
Total de Exportações	10.421,60	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de *Banque des Etats de l'Afrique Centrale* (2022) e IETI (2021).

Nessa perspectiva, a decisão do Gabão de deixar a OPEP em 1995 representa uma mudança importante na sua política externa, refletindo um desacordo com a organização. A OPEP, que propunha que o Gabão pagasse uma cota anual de 2 milhões de dólares americanos, exigiria que o país produzisse além de suas capacidades. Essa discordância levou à retirada do Gabão da OPEP, marcando uma transição em sua abordagem às questões petrolíferas e às dinâmicas da organização multilateral. Essa saída da OPEP indicou uma reorientação na política externa do Gabão, buscando maior autonomia na gestão de seus recursos petrolíferos e uma abordagem mais flexível em relação às políticas da organização internacional.

Ao analisar as unidades de decisão, Hermann (2001) destaca a sensibilidade do “líder predominante”. Para a autora, a sensibilidade do líder ao contexto político é um fator que pode explicar as tomadas de decisões. Utilizando essa abordagem, a decisão de deixar a OPEP denota uma sensibilidade do presidente Omar Bongo Ondimba ao contexto econômico doméstico. A exigência da OPEP de uma cota anual de 2 milhões de dólares e de produção acima das capacidades do país constituiu uma ameaça à estabilidade econômica interna, dada a grande dependência do Gabão do setor extrativista e principalmente das exportações de petróleo.

Além disso, a decisão de deixar a OPEP pode ser compreendida, em termos dos jogos de dois níveis (Putnam, 1988) como uma limitação no “conjunto de vitórias” (*Win-set*) do

país. No “jogo de nível I” (internacional), as demandas da organização por uma cota anual elevada e aumento da produção representou pressões para o desenvolvimento do país. No “jogo de nível II” (doméstico), houve uma necessidade de considerar as implicações econômicas dessa demanda já que 55,2% das exportações totais do país dependem do petróleo (quadro 3). Desta maneira, qualquer decisão que afetasse esse setor teria impactos domésticos. Portanto, as demandas da OPEP foram vistas como incompatíveis com as capacidades e necessidades econômicas domésticas do país. Isso reduziu a margem de manobra do negociador (o líder predominante) no nível internacional, levando à decisão de deixar a organização.

Ao aplicar as categorias analíticas propostas por Hermann (1990), observa-se que a reorientação da política externa gabonesa se caracteriza como uma “mudança de programa”. Segundo o autor, este tipo de transformação ocorre quando há alteração nos meios de implementação da política externa, enquanto seus objetivos fundamentais permanecem os mesmos. No caso do Gabão, manteve-se o propósito central de desenvolvimento econômico baseado no setor extrativista, apenas substituindo a ênfase do petróleo por outras fontes de recursos. Embora o objetivo inicial de desenvolvimento econômico permaneça, o foco passou da dependência do petróleo para a valorização dos serviços ecossistêmicos das florestas.

A conjuntura internacional nas primeiras décadas do século XXI foi marcada pela crescente centralidade das temáticas de mudanças climáticas e pelos imperativos de descarbonização das economias, especialmente nos países industrializados (Bringel, Svampa, 2023). Nesse contexto, as florestas tropicais ganharam destaque por seus serviços ecossistêmicos de captura de gases de efeito estufa e de manutenção da biodiversidade.

O Gabão, com 85% de seu território coberto por florestas tropicais (Ngou, 2012), encontrou-se em uma posição única para conciliar seus imperativos de desenvolvimento econômico com a crescente demanda global por soluções baseadas na natureza para mitigação das mudanças climáticas. Essa confluência de fatores domésticos e internacionais teria então criado uma oportunidade para uma “mudança de programa” da política externa.

Essa reorientação também reflete uma adaptação às mudanças no sistema internacional, conforme descrito por Gustavsson (1999). Nesse caso, a crescente importância das questões ambientais na agenda global tem criado novas oportunidades para países ricos em recursos naturais.

A valorização dos serviços ecossistêmicos das florestas nos fóruns internacionais como as COPs abriu novas possibilidades para o Gabão diversificar sua economia, historicamente dependente da exportação de petróleo.

Diversificação econômica como solução para a crise do petróleo

A perspectiva da teoria dos sistemas-mundo, conforme proposta por Wallerstein (1990) oferece uma compreensão abrangente das dinâmicas globais contemporâneas, onde o mundo é visto como um sistema capitalista interconectado, dividido entre núcleo, periferia e semiperiferia. Essa estrutura hierárquica não apenas revela as desigualdades econômicas e de poder entre as regiões, mas também influencia diretamente as decisões sobre o uso dos recursos naturais e a produção energética.

Nessa perspectiva, Monié (2015) destaca que a indústria petrolífera, enquanto cerne do funcionamento do sistema capitalista na contemporaneidade, vivenciou intensos conflitos. Segundo o autor, a partir da segunda metade do século XX, países produtores de petróleo foram palco de movimentos sociais que questionaram o domínio de grandes corporações e a influência de potências ocidentais. As tensões culminaram em processos de nacionalização das indústrias petrolíferas e nos conhecidos choques do petróleo. Esses eventos impulsionaram uma busca global por fontes de energia alternativas e por maior diversificação econômica dos países dependentes das exportações de petróleo.

Nesse contexto, a transição energética e a descarbonização das economias emergem como respostas necessárias à crise climática, refletindo uma nova fase nas dinâmicas do capitalismo global.

Diante dessa conjuntura, surgem estratégias de diversificação econômica variadas:

Houve três fases de desenvolvimento econômico no Gabão: (i) a fase 1960-1986, caracterizada pela transição de uma economia baseada na silvicultura para uma economia baseada no petróleo a partir de meados da década de 1970, (ii) 1986-2010, caracterizada por uma economia baseada no petróleo que é altamente vulnerável às flutuações dos preços do petróleo. (iii) e o período pós-2011, marcado pela diversificação contínua da economia com a

introdução do *Plan Stratégique Gabon Emergent* (PSGE) 2025 (EITI, 2021, p.07, tradução nossa)⁸.

Diversificação através do *Plan Stratégique Gabon Emergent*

O *Plan Stratégique Gabon Emergent* (PSGE)⁹ é um documento que delinea os caminhos da emergência e expõe de forma clara a Visão do Gabão Emergente e a maneira de alcançá-la, através de 28 programas e 159 ações (Gabon, 2012). Trata-se do Plano Estratégico Gabão Emergente (PSGE), um plano de desenvolvimento econômico e social elaborado pelo governo do Gabão para orientar o país em direção à emergência econômica e ao desenvolvimento sustentável.

O Plano Estratégico Gabão Emergente (PSGE) deriva do projeto de sociedade proposto à Nação Gabonesa em agosto de 2009 por Sua Excelência o Presidente Ali BONGO ONDIMBA, intitulado “O Futuro com Confiança”. Sob sua liderança e com base em suas diretrizes, uma força-tarefa conduziu análises que permitiram traduzir precisamente esse projeto em uma visão para o Gabão em 2025 e em diretrizes estratégicas (Gabon, 2012, p.09).¹⁰

O plano incorpora os três pilares da emergência. Esses pilares são concebidos para impulsionar o crescimento econômico e a diversificação das fontes de receita do Gabão. Denominados *Gabon Vert*, *Gabon Industriel et Gabon des Services*¹¹, eles foram concebidos para orientar o desenvolvimento econômico e social do país. Com a implementação desses

⁸ **No original:** On peut distinguer ainsi 3 phases du développement économique au Gabon à savoir : (i) la période de 1960- 1986 caractérisée par le passage d’une économie de rente forestière à une économie de rente pétrolière à partir du milieu des années 70, (ii) la période de 1986-2010 caractérisée par une économie de rente pétrolière fortement vulnérable aux chocs des prix du baril de pétrole, (iii) et la période post -2011 marquée par la poursuite de la diversification de l’économie avec l’introduction du Plan Stratégique Gabon Emergent (PSGE) 2025 (EITI, 2021, p.07).

⁹ PSGE é a sigla para "*Plano Stratégique Gabon Emergent*", que em português significa Plano Estratégico Gabão Emergente.

¹⁰ **No Original:** Le Plan Stratégique Gabon Emergent (PSGE) découle du projet de Société que Son Excellence le Président Ali BONGO ONDIMBA a proposé à la Nation Gabonaise en Août 2009, « l’Avenir en confiance ». Sous son impulsion et sur la base de ses orientations, une task force a conduit les analyses permettant de décliner de façon précise ce projet en une vision du Gabon en 2025 et en orientations stratégiques (Gabon, 2012, p.09).

¹¹ Gabão Verde, Gabão Industrial e Gabão de Serviços.

pilares, é preciso estabelecer uma base econômica robusta e diversificada, reduzindo a dependência nas exportações de *commodities* e promovendo o crescimento em uma variedade de setores econômicos em longo prazo.

Com ênfase na diversificação da economia e na sustentabilidade ambiental, o país busca garantir uma transição sólida rumo a um modelo econômico mais resiliente e equilibrado. O *Gabon Vert*, por exemplo, destaca a importância de explorar e promover os recursos naturais de forma sustentável, abraçando práticas e indústrias eco-amigáveis. Enquanto isso, o *Gabon Industriel* visa impulsionar a industrialização do país, criando empregos e agregando valor aos produtos locais. Por sua vez, o *Gabon des Services* enfatiza a expansão e modernização do setor de serviços, visando melhorar a eficiência e a competitividade do país em nível internacional. Em conjunto, esses pilares formam a espinha dorsal do esforço do Gabão para construir uma economia mais dinâmica e adaptável, preparada para enfrentar os desafios contemporâneos e proporcionar um padrão de vida melhor para seus cidadãos.

Para isso, o país tem que passar por uma redução da dependência do petróleo e multiplicação de outros produtos. Destarte, percebe-se, através do último relatório de *Extractive Industries Transparency Initiative* do ano 2023, que desde 2010, o Gabão iniciou uma transformação estrutural de sua economia, com uma redução significativa na contribuição do petróleo para o PIB. De fato, “a contribuição do petróleo para o PIB caiu de 36,1% em 2011 para 18,2% em 2020, enquanto a parcela do setor agrícola – incluindo silvicultura e pesca, quase dobrou, passando de 3,4% para 6,4% durante o período” (EITI, 2021). Houve também um aumento na participação do setor agrícola, incluindo foresteria e pesca, indicando esforços de diversificação da economia. No entanto, a parcela do petróleo no PIB ainda subiu durante a pandemia da COVID-19, devido à diminuição da atividade econômica em outros setores e ao aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, pelas fortes demandas e pelos anúncios da OPEP de fazer seus maiores cortes na produção (Caseta, Silva, 2022).

A diversificação econômica através dos serviços ecossistêmicos da floresta gabonesa

A preocupação com o esgotamento das reservas petrolíferas, aliada à instabilidade dos preços (Monié, 2015) e à pressão global por práticas sustentáveis, impulsionou a diversificação da matriz energética e das economias dos exportadores de petróleo. Nesse contexto, a Conferência das Partes 13 (COP 13) de 2007 em Bali, na Indonésia possibilitou a concretização do REDD+ (Redução de emissões decorrentes do desmatamento e da degradação de florestas), o mecanismo de mitigação baseado em soluções de mercado (Bringel, Svampa, 2023). Através desse, foi reconhecida a valorização dos serviços ecossistêmicos proporcionados pelas florestas tropicais, como a regulação climática e a conservação da biodiversidade, tornou esse bioma um ativo geopolítico estratégico por seus serviços ecossistêmicos de mitigação das mudanças climáticas ao capturar gases de efeito estufa (Stavins, 2003; Pnud, 2021).

No caso do Gabão, a transição para uma economia mais diversificada e sustentável está intimamente ligada ao desenvolvimento de mercados de carbono no país. Os mercados de carbono, que permitem a negociação de emissões entre diferentes entidades, promovem um modelo onde as empresas e os países podem comprar créditos para compensar suas emissões (Stavins, 2003). Esses mercados oferecem uma plataforma para que os países do Sul Global monetizem os serviços ecossistêmicos que suas florestas proporcionam, permitindo a compensação das emissões de carbono através da preservação ambiental.

Nesse caso, o documento de monitoramento das florestas submetido à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) em 2022 intitulado *Seconde contribution déterminée au niveau national*, destaca a importância de acessar ao financiamento climático no objetivo de “obter financiamento de capital para o desenvolvimento a longo prazo, do qual o país necessita urgentemente para implementar seu programa de transformação e de desenvolvimento econômico sustentável.” (Gabon, 2022, p.5, tradução nossa). Essa ideia está alinhada com o “consenso da descarbonização”, que sugere que a transição para economias de baixo carbono deve ser acompanhada por um suporte financeiro robusto (Bringel, Svampa, 2023).

Para a consecução do desenvolvimento não mais pelo petróleo, mas sim pelo financiamento climático, o líder gabonês Ali Bongo Ondimba aumentou sua presença em

fóruns dedicados às questões climáticas, além de tornar o Gabão a sede de eventos correlatos, como a *African Climate Week* em 2022 e a *One Forest Summit* em 2023.

De acordo com o modelo de dois níveis (Putnam, 1988), a crescente participação do Gabão em fóruns climáticos, no nível internacional, refletiria uma estratégia para se posicionar como um líder em questões ambientais. Enquanto que no nível doméstico, a classificação de Putnam (1988) ajudaria a entender essa participação como impulsionada pela necessidade de diversificar a economia, que historicamente depende do petróleo. Destarte, o governo busca legitimar suas ações por meio do discurso sobre sustentabilidade e valorização dos serviços ambientais.

Sem embargo, a condição para o sucesso do plano do Gabão está na implementação efetiva dos pagamentos por serviços ecossistêmicos e na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas sobre suas florestas (Gabon, 2022). Essa perspectiva ressalta que a capacidade do Gabão de absorver carbono pode ser comprometida pelas mudanças climáticas, corroborando as preocupações levantadas por Bringel e Svampa (2023) sobre as vulnerabilidades das economias baseadas em recursos naturais frente às pressões climáticas.

O Gabão busca transformar sua economia, reduzindo a dependência do petróleo e promovendo uma transformação econômica sustentável através da valorização dos serviços ambientais nos mercados de carbono, e a produção de fontes renováveis de energias como a biomassa.

No entanto, a perspectiva de sistemas-mundo mostra que as decisões sobre o uso da terra e a produção energética podem ser fortemente influenciadas pelas dinâmicas de poder entre os países. Isso porque as nações periféricas, comumente ricas em florestas tropicais, sofrem pressão para conservar (e proibição para explorar) esses recursos naturais a fim de atender às demandas dos países centrais. A promoção das florestas tropicais como sumidouro e fontes de energias renováveis tem sido criticada por alguns especialistas como Bringel e Svampa (2023), que argumentam que ela pode levar a uma mercantilização excessiva da natureza e não aborda as causas fundamentais das emissões. Assim, podem então exacerbar as desigualdades não só no nível doméstico do Gabão, como também no nível internacional entre os países do centro e da periferia, criando novos mecanismos de dependência e de controle.

Considerações finais

A política externa gabonesa, relativamente recente na arena internacional (Ndakissa, 2017), tem evoluído desde a independência da França em 1960. Inicialmente caracterizada por uma relação estreita com a antiga metrópole e uma diplomacia voltada para a paz na região da África Subsaariana, ela gradualmente adotou uma postura diversificada, marcada por interesses econômicos predominantes. Ela passou então a refletir uma adaptação contínua às pressões domésticas e internacionais. Ali Bongo Ondimba, em seu governo, fez uma continuidade do então presidente Omar Bongo Ondimba no que diz respeito ao objetivo de busca pelo desenvolvimento econômico pela exploração do setor extrativista pautado primeiro no petróleo, e logo na valorização das florestas em troca de pagamentos.

O presente artigo conclui, então, que a decisão de deixar a OPEP em 1995 significou um marco importante na política externa do país, para um redirecionamento gradual em questões ambientais. O foco passou da dependência do petróleo para a valorização dos serviços ecossistêmicos das florestas, refletindo uma adaptação às mudanças na conjuntura internacional. Como observam Bringel e Svampa (2023), as primeiras décadas do século XXI foram marcadas pela crescente centralidade das temáticas de mudanças climáticas e pelos imperativos de descarbonização das economias, especialmente nos países industrializados. A “mudança de programa” segundo a classificação de Hermann (1990) ocorreria então a partir do reconhecimento do país como primeiro país a receber pagamentos pelos serviços ecossistêmicos de suas florestas (CAFI, 2019). Isso significa então uma mudança nos meios como a política externa é conduzida, mas sem mudança da finalidade em si da política.

Contudo, é preciso salientar que essa transição ocorre em um contexto global complexo. O “Consenso da Descarbonização” destacado por Bringel e Svampa (2023), embora aparentemente benéfico, pode ocultar novas formas de exploração e desigualdade no sistema internacional. O desafio para o Gabão será navegar neste novo paradigma de forma a garantir benefícios reais para sua população e ecossistemas, evitando cair em novas formas de dependência econômica ou de colonialismo climático.

Referências

- ARISE. **L'industrie pétrolière et gazière du Gabon**. 2024. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/KBrJK>>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- BANQUE DES ÉTATS DE L'AFRIQUE CENTRALE. Rapport Annuel 2022. BEAC. 2022. Disponível em: <<https://www.beac.int/wp-content/uploads/2023/10/Rapport-annuel-BEAC-2022.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2024.
- BP. **British Petroleum Statistical Review of World Energy 2021**. 2021. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ezM69>>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella Noemi. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». In: Nueva Sociedad, 2023. v. 306, p. 51-70. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11336/238877>. Acesso em: 26 set. 2024.
- CAFI. Central African Forest Initiative. **Gabon: First in Africa to receive payments for preserved rainforests**. New York: Central African Forest Initiative, 22 set. 2019. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/gnwBP>>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- CAFI. Gabon becomes the first African country to receive payment for reducing CO2 emissions. **Africa Renewal**, [s.l.], 6 jun. 2021. Disponível em: <https://www.un.org/africarenewal/magazine/july-2021/gabon-becomes-first-african-country-receive-payment-reducing-co2-emissions>. Acesso em: 15 jun . 2024.
- CASETA, Gabriel Meneghel; SILVA, Felipe. Dinâmica dos preços do petróleo na pandemia do Coronavírus (2020-2022). In: **REGEN - Revista de Gestão, Economia e Negócios**, v. 3, n. 1, p. 01-25. 2022.
- EITI. Extractive Industries Transparency Initiative. *Gabon 2021 EITI Report: Report on Gabon's extractive sector*. Gabon EITI, 2021. Disponível em: <<https://eiti.org/documents/gabon-2021-eiti-report>>. Acesso em: 05 fev. 2024.
- FAO. **Plan Stratégique Gabon Émergent: Vision 2025 et Orientations Stratégiques 2011-2016**. Jul. 2012.
- FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**. v. 1. Saraiva Educação SA, 2017.
- GABON. Ministère des Affaires Étrangères. **Politique Étrangère**. Libreville, Estuaire: Ministère des Affaires Étrangères, 2011a.
- GABON. Ministère des Eaux et Forêts, de la Mer, de l'Environnement, Chargé du Plan Climat et du Plan d'Affectation des Terres. In: **Historique du Ministère**. Libreville, Estuaire: Ministère des Eaux et Forêts, de la Mer, de l'Environnement, Chargé du Plan Climat et du Plan d'Affectation des Terres. 2011b. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/aKLU3>> Acesso em: 16 ago. 2023
- GABON. **Plan National Climat**. Conseil National du Climat: Libreville. p. 97, 2012.

- GABON. **Seconde contribution déterminée au niveau national**. Conseil National du Climat: Libreville. 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-07/20220706_Gabon_Updated%20NDC.pdf>. Acesso em 20 set. 2024
- GAMBOTTI, Christian. Gabon, pays émergent: Les ambitions du Plan stratégique Gabon émergent 2025. In: **Géoéconomie**, n. 1, p. 159-170, 2014.
- GUSTAVSSON, J. How Should We Study Foreign Policy Change? In: **Cooperation and Conflict**, v. 34, n. 1, p. 73-95, 1999.
- HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. In: **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.
- HERMANN, M., How Decision Units Shape Foreign Policy: A Theoretical Framework. In: **International Studies Review**, v. 3, n. 2, p. 47-81, 2001,
- MBIDA, Patrick Roger. **L'orientation sectorielle de l'APD française en Afrique subsaharienne (1990 = 2005): les cas du Cameroun et du Gabon**. 2007. Dissertação de Mestrado. Université de Yaoundé 2.
- MFOULA-NGHANGUY, Pierre Aimé. **La politique étrangère du Gabon et les recompositions stratégiques internationales à partir de 1990**: contribution à la lecture de la diplomatie contemporaine. 2005. Tese de Doutorado. Paris 10.
- MONIÉ, Frédéric (Ed.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Mauad Editora Ltda, 2015.
- N'DIMINA-MOUGALA, Antoine-Denis. Les manifestations de la guerre froide en Afrique centrale (1961-1989). In: **Guerres mondiales et conflits contemporains**, n. 1, p. 53-65, 2009.
- NADIR, M.; SIQUEIRA TYBUSCH, J.; ARAUJO, L. E. B. de. A diplomacia ambiental no sul global: um olhar sobre África e América Latina. In: **Revista Justiça do Direito**, p. 314-363, 2020. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/wLGTZ>>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- NDAKISSA, Onkassa F.N. The peculiarities and the main stages of the Gabonese Republic's foreign policy. In: **Nota Bene**, Moscou, n. 1, p. 18 - 27, mar., 2017.
- NDJAMBOU, Paterne. **Diversification économique territoriale: enjeux, déterminants, stratégies, modalités, conditions et perspectives**. Université du Québec à Chicoutimi, 2013.
- NGOU, Davy-Gisèle Ollomo. **La protection de l'environnement au Gabon: Le cas des forêts**. Éditions Universitaires Européennes, 2012.
- NZE-NGUEMA, Davy Ndouve. **La coopération franco-gabonaise en matière d'armement et d'équipements des forces de défense du Gabon 1960-2017**. 2018. Dissertação (Mestrado). Université Omar Bongo de Libreville, 2018.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Gabon receives first payment for reducing CO2 emissions under historic CAFI agreement**, 2021. Disponível em:<<https://shorturl.at/1IrdB>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PREISWERK, Roy. Néo-colonialisme ou auto-colonisation : l'identité culturelle de l'interlocuteur africain. In: BUNGENER, Pierre (dir.). **Le savoir et le faire: Relations interculturelles et développement**. Cahiers de l'IUED | 2: Graduate Institute Publications. 22 jun. 2016. Disponível em: <<https://shorturl.at/4xe7r>> Acesso em: 16 ago. 2023.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. In: **International Organization**, 42, 3, p. 427-460, 1988.

ROSATI, Jerel. A cognitive approach to the study of foreign policy. In: HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. (Ed.). **Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation**. New Jersey: Prentice Hall, p. 259-314, 1994.

SILVA, Filipe de Pádua Fernandes. **Vulnerabilidade dos países exportadores de petróleo à própria riqueza: O caso dos países-membros da OPEP**. Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado) – UFRJ / COPPE / Programa de Planejamento Energético, 2018

STAVINS, Robert N. Experience with market-based environmental policy instruments. In: MÄLER, Karl-Göran; VINCENT, Jeffrey (eds.). **Handbook of environmental economics**. Amsterdam: Elsevier Science, v. 1, p. 355–435, 2003.

TAN, Jim. **Le Gabon devient le premier pays d'Afrique à être payé pour protéger ses forêts**. [S. l.]: Mongabay, 18 ago. 2021. Disponível em: <<https://fr.mongabay.com/2021/08/le-gabon-devient-le-premier-pays-dafrique-a-etre-paye-pour-protoger-ses-forets/>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamento, 1990.